

RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL DA ENTIDADE DO SETOR PÚBLICO – RCPG

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIR e RECONSTRUIR

1º TRIMESTRE / 2025

www.gov.br/mpa

MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA
ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
RIVETLA EDIPO ARAUJO CRUZ

SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
MARCELA ASFORA LIRA

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
FRANCISCO JOSÉ LEITE NETO

Arte:

Coordenação-Geral de Gestão Institucional
Coordenação de Comunicação Social (imprensa@mpa.gov.br)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MPA (DCON), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

* Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

RESOLUÇÃO/CCAF/MPA Nº 01, DE 30 DE ABRIL DE 2025

Aprova o Relatório Contábil de Propósito da Entidade do Setor Público – 1º Trimestre de 2025 – Notas Explicativas do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

A Coordenação de Contabilidade e Conformidade Analítica e Financeira – CCAF, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFIC, da Subsecretaria de Gestão e Administração – SGA, da Secretaria-Executiva – SE, do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, de acordo com o Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, vigente a partir de 30 de dezembro de 2024, que alterou o Art. 12-A, inciso I-c, do Decreto nº 11.624, de 01 de agosto de 2023, o qual dispôs que compete à Subsecretaria de Gestão e Administração do Ministério da Pesca e Aquicultura, planejar, coordenar, orientar e monitorar as atividades relativas ao Sistema de Contabilidade Federal, resolve:

Art. 1º APROVAR o texto final do **Relatório Contábil** contendo as **Notas Explicativas do 1º Trimestre de 2025 do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA**, constante dos autos do processo 21000.032090/2023-72.

Art. 2º Submeter o documento de que trata o art. 1º à Subsecretaria de Gestão e Administração – SGA do MPA, para conhecimento e autorização, para as providências de publicação no sítio do MPA em atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU.



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO JOSE LEITE NETO

Data: 28/04/2025 09:45:36-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

FRANCISCO JOSÉ LEITE NETO

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
CGOFIC/SGA/SE/MPA



Documento assinado digitalmente

MARCELA ASFORA LIRA

Data: 28/04/2025 12:33:26-0300

Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

MARCELA ASFORA LIRA

Subsecretaria de Gestão e Administração
SGA/SE/MPA

Sumário

1) Lista de Siglas	5
2) Contexto Operacional	6
3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA e utilizados pelo MPA	8
3.1) Lista de sistemas categoria Administrativo - MPA.....	8
4) Demonstrações Contábeis do Ministério da Pesca e Aquicultura (31/03/2025)	9
4.1) Balanço Patrimonial (BP) – OFSS.....	9
4.2) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	12
4.3) Balanço Orçamentário (BO)	13
4.4) Balanço Financeiro (BF)	15
4.5) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	16
4.6) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	17
5) Notas Explicativas (parte integrante das Demonstrações Contábeis).....	19
5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis	19
5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	20
5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis	23
5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa	23
5.5) Partes Relacionadas (MPA)	24
5.6) Criação de Unidades Gestão no Órgão (MPA)	35
6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis	36
6.1) Notas ao Balanço Patrimonial.....	36
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	39
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais	40
Nota nº 003 – Provisões	40
Nota nº 004 – Imobilizado	41
Nota nº 005 – Intangível	42
Nota nº 006 – Investimentos	42
6.2) Notas às Demonstrações das Variações Patrimoniais	43
6.3) Notas ao Balanço Orçamentário	46
6.4) Notas ao Balanço Financeiro.....	49
6.5) Notas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	50
6.6) Notas à Demonstração dos Fluxos de Caixa	51
7) Referências	52
7.1) BIBLIOGRÁFICAS.....	52
7.2) SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA Coordenação de Contabilidade/MPA.....	52

1) Lista de Siglas

AGU	Advocacia-Geral da União	NL	Nota de Lançamento
BB	Banco do Brasil	NS	Nota de Sistema
BCB	Banco Central do Brasil	OB	Ordem Bancária
BGP	Boletim de Gestão de Pessoas	OGU	Orçamento Geral da União
BGU	Balanço Geral da União	PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social	PF	Programação Financeira
BO	Balanço Orçamentário	PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
BP	Balanço Patrimonial	RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
CCAF	Coordenação de Contabilidade e Conformidade Analítica Financeira / MPA	REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN	RGPS	Regime Geral de Previdência Social
CEF	Caixa Econômica Federal	RPNP	Restos a Pagar Não Processados
CFC	Conselho Federal de Contabilidade	RPP	Restos a Pagar Processados
CGU	Controle-Geral da União	RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil	SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
CGTES	Coordenação-Geral de Tesouraria/STN	SE	Secretaria-Executiva
COSIS	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN	SECEX	Secretaria de Controle Externo
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	SEI	Sistema Eletrônico de Informações
DARF	Documento de Arrecadação Federal	SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa	SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública	SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
GF	Gestor Financeiro	SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
GRU	Guia de Recolhimento da União	SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias	SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
LOA	Lei Orçamentária Anual	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária	SUCON	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	TCE	Tomada de Contas Especial
ME	Ministério da Economia	TCU	Tribunal de Contas da União
MEP	Método da Equivalência Patrimonial	TG	Tesouro Gerencial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura	UG	Unidade Gestora
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público	UGE	Unidade Gestora Executora
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	UGR	Unidade Gestora Responsável
NE	Nota de Empenho	VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
		VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

2) Contexto Operacional

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11624.htm), alterado pelo Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- a) Formulação e normatização da política nacional da aquicultura e da pesca e a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e da produção de alimentos;
- b) Políticas, iniciativas e estratégias de gestão participativa do uso sustentável dos recursos pesqueiros;
- c) Organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;
- d) Estabelecimento de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros e da aquicultura, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- e) Concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional:
 - 1) Pesca comercial, artesanal e industrial;
 - 2) Pesca de espécimes ornamentais;
 - 3) Pesca de subsistência; e
 - 4) Pesca amadora ou desportiva;
- f) Autorização de arrendamento e nacionalização de embarcações de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade;
- g) Implementação da política de concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- h) Fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira relativos às licenças, às permissões e às autorizações concedidas para a pesca e a aquicultura, para fins de registro automático no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- i) Elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e ações, no âmbito de suas competências;
- j) Promoção e articulação intrassectorial e intersetorial necessária à execução de atividades aquícola e pesqueira;
- k) Elaboração e execução, diretamente ou na forma de parceria, de planos, de programas e de projetos de pesquisa aquícola e pesqueira e monitoramento de estoques de pesca;
- l) Realização, direta ou em parceria com instituições, organizações ou entidades, da estatística pesqueira;
- m) Promoção da modernização e da implantação de infraestrutura e de sistemas de apoio à produção pesqueira ou aquícola e ao beneficiamento e à comercialização do pescado, inclusive quanto à difusão de tecnologia, à extensão aquícola e pesqueira e à capacitação;
- n) Administração de terminais pesqueiros públicos, de forma direta ou indireta;
- o) Instituição e auditoria do programa de controle sanitário das embarcações de pesca, exceto de barcos fábrica;
- p) Subsídio, assessoramento e participação, em interação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca e aquicultura; e
- q) Celebração de contratos administrativos, convênios, contratos de repasse, termos de parceria e de cooperação, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, no âmbito de suas competências.

Para a consecução de seus objetivos, o MPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias e 27 Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura nos Estados e no Distrito Federal.

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Nacional de Aquicultura;
- b) Secretaria Nacional de Pesca Artesanal;
- c) Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva e
- d) Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura

O Órgão colegiado do Ministério é o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE.

3) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos no MAPA e utilizados pelo MPA

3.1) Lista de sistemas categoria Administrativo - MPA

PesqBrasil-Módulo de Mapa de Bordo

PesqBrasil-RGP Pescador e Pescadora Profissional

RGP-Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal

SINAU-Sistema Nacional de Águas da União

SISRGP 4.0-Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SISRGP - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SisRGP - Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira

SISTAINHA - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira de Tainha

SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro

4) Demonstrações Contábeis do Ministério da Pesca e Aquicultura (31/03/2025)

4.1) Balanço Patrimonial (BP) – OFSS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - BALANÇO PATRIMONIAL - 1º TRIMESTRE/2025

VALORES EM MILHÕES DE REAL

ATIVO ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		31/03/2025	31/12/2024
	NE			
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa		21,91	12,95	
Créditos a Curto Prazo		152,83	148,18	
Demais Créditos e Valores		152,83	148,18	
Demais Créditos e Valores		152,83	148,18	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	
Estoques		-	-	
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	
ATIVO NÃO CIRCULANTE			528,16	562,26
Ativo Realizável a Longo Prazo		5,95	5,95	
Créditos a Longo Prazo		5,95	5,95	
Demais Créditos e Valores		5,95	5,95	
Demais Créditos e Valores		5,95	5,95	
Estoques		-	-	
Investimentos	006	-	-	
Participações Permanentes		-	-	
Propriedades para Investimento		-	-	
Propriedades para Investimento		-	-	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	
Imobilizado	004	522,21	556,32	
Bens Móveis		13,41	12,77	
Bens Móveis		14,40	13,23	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-0,99	-0,46	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	
Bens Imóveis		508,79	543,54	
Bens Imóveis		510,67	545,42	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1,88	-1,88	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	
Intangível	005	0,01	-	
Softwares		0,01	-	
Softwares		0,01	-	
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-	
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-	
Direitos de Uso de Imóveis		-	-	
Direitos de Uso de Imóveis		-	-	
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-	
Patrimônio Cultural		-	-	
Patrimônio Cultural		-	-	
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural		-	-	
Diferido		-	-	
TOTAL DO ATIVO		702,91	723,39	

VALORES EM MILHÕES DE REAL			
PASSIVO			
	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		20,15	15,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		5,25	3,03
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>001</u>	-	1,56
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		5,87	1,81
Provisões a Curto Prazo	<u>003</u>	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		9,03	8,60
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo	<u>003</u>	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		20,15	15,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		5,61	5,61
Resultados Acumulados		677,16	702,79
Resultado do Exercício		-25,54	504,65
Resultados de Exercícios Anteriores		702,79	198,41
Ajustes de Exercícios Anteriores		-0,10	-0,27
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		682,76	708,40
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		702,91	723,39

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025
ATIVO FINANCIERO	21,91	12,95	PASSIVO FINANCIERO	121,76
ATIVO PERMANENTE	681,00	710,44	PASSIVO PERMANENTE	0,52
			SALDO PATRIMONIAL	580,63
				604,30

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

	ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	31/03/2025	31/12/2024	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE 31/03/2025
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5,21	5,21	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	288,48
Atos Potenciais Ativos	5,21	5,21	Atos Potenciais Passivos	288,48
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,21	0,21	Garantias e Contragarantias Concedidas	-
Direitos Conveniados e Outros	5,00	5,00	Obrigações Conveniadas e Outros	266,18
Instrumentos Congêneres			Instrumentos Congêneres	260,88
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	22,30
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-
TOTAL	5,21	5,21	TOTAL	288,48
				288,67

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-77,97
Recursos Vinculados		-21,87
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-0,01
Previdência Social (RPPS)		-
Dívida Pública		-23,17
Fundos, Órgãos e Programas		1,31
TOTAL		-99,85

4.2) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - 1º TRIMESTRE/2025

	VALORES EM MILHÕES DE REAL	
	31/03/2025	31/12/2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	182,13	93,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6,77	5,51
Impostos	-	-
Taxas	6,77	5,51
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,02	0,31
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,02	0,31
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	162,13	73,89
Transferências Intragovernamentais	130,79	73,32
Outras Transferências e Delegações Recebidas	31,34	0,57
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10,69	13,78
Ganhos com Incorporação de Ativos	10,49	13,78
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,20	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2,52	0,16
Subvenções Econômicas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2,52	0,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	207,66	116,64
Pessoal e Encargos	11,02	7,23
Remuneração a Pessoal	8,48	5,54
Encargos Patronais	1,76	1,08
Benefícios a Pessoal	0,79	0,62
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,15	0,02
Aposentadorias e Reformas	0,09	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,06	0,02
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7,03	0,50
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	6,65	0,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,38	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	116,88	106,04
Transferências Intragovernamentais	96,71	92,33
Transferências Intergovernamentais	20,03	13,72
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,14	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	72,33	2,81
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	72,33	2,81
Tributárias	0,02	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,02	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,23	0,03
Subvenções Econômicas	-	0,03
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,23	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-25,54	-22,98
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	31/03/2025	31/12/2024

4.3) Balanço Orçamentário (BO)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 1º TRIMESTRE/2025

VALORES EM MILHÕES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES	-	-	4,74	4,74	
Receitas Tributárias	-	-	4,74	4,74	
Impostos	-	-	-	-	
Taxas	-	-	4,74	4,74	
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	
Contribuições Sociais	-	-	-	-	
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-	
Receita Patrimonial	-	-	0,01	0,01	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	0,01	0,01	
Valores Mobiliários	-	-	-	-	
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	
Receita Agropecuária	-	-	-	-	
Receita Industrial	-	-	-	-	
Receitas de Serviços	-	-	-	-	
Outros Serviços	-	-	-	-	
Transferências Correntes	-	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	
Operações de Crédito	-	-	-	-	
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	
Alienação de Bens	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	
Transferências de Capital	-	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	4,74	4,74	
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	4,74	4,74	
DEFÍCIT	-	-	33,14	33,14	
TOTAL	-	-	37,88	37,88	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-	
Superavit Financeiro	-	-	-	-	
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	
Créditos Cancelados	-	-	-	-	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	78,03	78,03	37,88	15,54	10,53	40,15
Pessoal e Encargos Sociais	27,93	27,93	27,28	8,14	4,94	0,65
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	50,09	50,09	10,60	7,40	5,59	39,49
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	78,03	78,03	37,88	15,54	10,53	40,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	78,03	78,03	37,88	15,54	10,53	40,15
TOTAL	78,03	78,03	37,88	15,54	10,53	40,15

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10,84	18,27	7,73	6,11	-	23,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,89	0,48	0,06	0,06	-	1,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9,95	17,79	7,67	6,05	-	21,69
DESPESAS DE CAPITAL	30,96	44,03	15,98	11,72	0,60	62,66
Investimentos	30,96	44,03	15,98	11,72	0,60	62,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	41,80	62,30	23,71	17,83	0,60	85,66

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8,04	3,52	2,81	-	8,74
Pessoal e Encargos Sociais	0,50	2,48	1,78	-	1,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7,54	1,04	1,04	-	7,54
DESPESAS DE CAPITAL	-	3,24	3,24	-	-
Investimentos	-	3,24	3,24	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8,04	6,75	6,05	-	8,74

4.4) Balanço Financeiro (BF)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - BALANÇO FINANCEIRO - 1º TRIMESTRE/2025

				VALORES EM MILHÕES DE REAL	
INGRESSOS				DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024
Receitas Orçamentárias	4,74	3,87	Despesas Orçamentárias	37,88	24,90
Ordinárias	-	-	Ordinárias	37,78	24,90
Vinculadas	4,74	3,87	Vinculadas	0,10	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	0,10	
Fundos, Órgãos e Programas	4,74	3,87	Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas	130,79	73,32	Transferências Financeiras Concedidas	96,71	92,33
Resultantes da Execução Orçamentária	38,36	19,01	Resultantes da Execução Orçamentária	21,09	33,32
Cota Recebida	21,15	12,54	Repasso Concedido	3,88	
Sub-repasso Recebido	17,21	6,47	Sub-repasso Concedido	17,21	6,47
Independentes da Execução	92,44	54,31	Cota Devolvida	-	26,84
Orçamentária			Independentes da Execução Orçamentária	75,62	59,01
Transf. Recebidas para Pagamento de RP	58,45	43,28			
Demais Transferências Recebidas	33,10	10,99	Transf. Concedidas para Pagamento de RP	31,51	33,16
Movimentação de Saldos	0,88	0,03	Demais Transferências Concedidas	34,80	19,87
Patrimoniais			Movimento de Saldos Patrimoniais	9,30	5,98
Aporte ao RPPS	-	-	Pagamentos Extraorçamentários	23,95	17,14
Recebimentos Extraorçamentários	31,96	22,16	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6,05	3,31
Inscrição dos Restos a Pagar	5,01	2,52	Pagtº dos Restos a Pagar Não Processados	17,83	13,80
Processados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,05	0,02
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22,34	17,39	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,01	0,02
Depósitos Restituíveis e Valores	0,05	0,14	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,01	0,02
Vinculados			Demais Pagamentos	0,01	0,02
Outros Recebimentos	4,56	2,11	Saldo para o Exercício Seguinte	21,91	7,21
Extraorçamentários			Caixa e Equivalentes de Caixa	21,91	7,21
Arrecadação de Outra Unidade	4,56	2,11			
Saldo do Exercício Anterior	12,95	42,23			
Caixa e Equivalentes de Caixa	12,95	42,23			
TOTAL	180,45	141,58	TOTAL	180,45	141,58

4.5) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO – 1º TRIMESTRE/2025

VALORES EM MILHÕES DE REAL

Especificação	Patrimônio / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	-	186,05	-	-	186,05
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	17,97	-0,27	-	-	17,70
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-12,36	12,36	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	504,65	-	-	504,65
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	5,61	702,79	-	-	708,40

Especificação	Patrimônio / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-25,54	-	-	-25,54
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	-	-	-	-	-	-25,54	-	-	-25,54

4.6) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 1º TRIMESTRE/2025

	VALORES EM MILHÕES DE REAL	
	31/03/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11,62	-35,02
INGRESSOS	140,15	79,44
Receita Tributária	4,74	3,86
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	0,01	0,01
Receita Agropecuária	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	135,40	75,57
Ingressos Extraorçamentários	0,05	0,14
Transferências Financeiras Recebidas	130,79	73,32
Arrecadação de Outra Unidade	4,56	2,11
DESEMBOLSOS	-128,53	-114,46
Pessoal e Demais Despesas	-15,41	-6,29
Administração	-0,78	-
Previdência Social	-0,08	-0,01
Agricultura	-14,55	-6,28
Organização Agrária	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-16,35	-15,81
Intergovernamentais	-10,82	-1,80
A Estados e/ou Distrito Federal	-3,59	-1,80
A Municípios	-7,24	-
Intragovernamentais	-0,68	-0,64
Outras Transferências Concedidas	-4,85	-13,36
Outros Desembolsos Operacionais	-96,78	-92,36
Dispêndios Extraorçamentários	-0,05	-0,02
Transferências Financeiras Concedidas	-96,71	-92,33
Demais Pagamentos	-0,01	-0,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2,66	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2,66	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2,66	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8,96	-35,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12,95	42,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	21,91	7,21

5) Notas Explicativas (parte integrante das Demonstrações Contábeis)

5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Ministério da Pesca e Aquicultura.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do MPA e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do MPA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MPA, órgão que faz parte da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

5.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o **Real**, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

5.2.2) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

5.2.3) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques.

Os valores são mensurados e avaliados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

5.2.4) Estoques

Os estoques do MPA compreendem apenas os materiais de uso e consumo. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; e (iii) Dívida ativa e (iv) Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

5.2.6) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

5.2.7) Depreciação, Amortização ou Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI, disponível no sítio da STN, constam todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

5.2.8) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de quartos utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

5.2.9) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

5.2.10) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

5.2.11) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

i. **Resultado patrimonial** - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais, na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

ii. **Resultado orçamentário** - O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

iii. **Resultado financeiro** - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis neste trimestre.

5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

O Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

A Portaria/MGI nº 43, de 31/01/2023, publicada em 01/02/2023, veio normatizar o compartilhamento em arranjos colaborativos entre os Ministérios decorrentes das medidas transitórias da MP nº 1154, de 1º/01/2023 - convertida na Lei nº 14.600 de 19/06/2023 - dentre outros, a parte contábil, em que o MAPA fica sendo o Ministério Provedor, conforme Art. 5º da Portaria.

Para a execução da Conformidade Contábil do MPA tornou-se necessário que a STN pudesse autorizar o acesso da Equipe Contábil do MAPA à UG Setorial Contábil do MPA, o que respalda este exercício contábil em Órgão diferente do Órgão originário em níveis contábeis.

Com a publicação do O Decreto nº 12.318, de 18 de dezembro de 2024, vigente a partir de 30 de dezembro de 2024, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, ficou estabelecido, em seu Art. 12-A, inciso I-c, que compete à Subsecretaria de Gestão e Administração do Ministério da Pesca e Aquicultura, planejar, coordenar, orientar e monitorar as atividades relativas ao Sistema de Contabilidade Federal.

5.5) Partes Relacionadas (MPA)

5.5.1. Definição:

5.5.1.1 Parte relacionada

Segundo o MCASP 10ª edição, parte relacionada é a pessoa (física ou jurídica) que está relacionada com a entidade que elabora as demonstrações contábeis. São exemplos de partes relacionadas: entidades controladoras, controladas, coligadas; entidades que detenham influência significativa; grupo econômico ou sociedades do mesmo grupo; pessoal-chave da administração e membros próximos da família do pessoal-chave da administração pois, segundo a norma, são capazes de influenciar nas transações com a entidade.

Portanto, consideram-se parte relacionada àquela que tem a capacidade de controlar a outra ou exercer influência significativa sobre as decisões financeiras e operacionais, ou ainda, a existência de entidades sujeitas ao controle comum.

Por outro lado, NÃO estão incluídas no conceito de partes relacionadas:

- a. Entidades que proporcionam financiamento no exercício de seus negócios e sindicatos no curso normal de suas atividades com uma entidade, tendo em vista apenas essas negociações (apesar de eles restringirem a liberdade de ação da entidade ou participarem no processo de tomada de decisão); e
- b. Entidade cujo relacionamento é apenas de agente (intermediário).

5.5.1.2. Transação com partes relacionadas

É a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de contrapartida. Excluem-se dessas transações aquelas realizadas com qualquer outra entidade que seja parte relacionada somente por causa de sua dependência econômica em relação à entidade que reporta ou em relação ao Governo da qual faz parte.

5.5.1.3. Influência significativa

É o poder de participar das decisões políticas financeiras e operacionais da entidade sem que haja o controle dessas políticas. Em relação ao direito de propriedade, o conceito de presunção da existência de influência significativa encontra-se definido no Capítulo de Investimentos em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (ECC), do MCASP 9º edição.

Sobre este ponto, o Ministério da Agricultura e Pecuária-MAPA, na qualidade de ministério provedor, tem atuado junto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA no sentido de orientar e auxiliar o MPA na identificação de informações sobre suas Partes Relacionadas, alinhado ao que dispõe a NBC TSP 22 e demais normas vigentes.

Por meio do processo 21000.067380/2023-37, o MPA identificou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, conforme a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, e o Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, configura-se como PARTE RELACIONADA devido à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros ser articulada com o referido órgão.

No que diz respeito a participação de representantes do MPA em Conselhos, Comitês, Associações ou outras Entidades, segue:

Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA

COLEGIADOS	PARTICIPAÇÃO TITULAR	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Conselho CAISAN	André Carlos Alves de Paula Filho	
Conselho SUFRAMA-CAS	André Carlos Alves de Paula Filho	

Secretaria Nacional de Pesca Artesanal -SNPA/MPA

Conselhos, Comitês, Associações, Entidades	Pontos Focais
Grupo de Trabalho (GT) de Políticas Públicas para as Mulheres da Pesca Artesanal	Maria Martilene Rodrigues de Lima
Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO	Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão	Maria Martilene Rodrigues de Lima
Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, Associativismo e Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar	Quêner Chaves dos Santos
Conselho Nacional de Economia Solidária	Quêner Chaves dos Santos
Comitê Gestor de Política Nacional de Abastecimento e Alimentação	Quêner Chaves dos Santos
Grupo da Terra	Maria Martilene Rodrigues de Lima (suplente)
Comitê Permanente Mulheres Rurais do CONDRAF	Maria Martilene Rodrigues de Lima
Programa Federal de Ações Afirmativas - PFAA	Maria Martilene Rodrigues de Lima (suplente)
Conselho Nacional de Política Indigenista	Quêner Chaves dos Santos
Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais	Maria Martilene Rodrigues de Lima (titular) e Quêner Chaves dos Santos (suplente)
Fórum para a promoção de estratégias de Fortalecimento de políticas públicas de autonomia econômica e cuidado com mulheres da pesca, aquicultura artesanal e marisqueiras.	Maria Martilene Rodrigues de Lima
Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)	Quêner Chaves dos Santos
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	Quêner Chaves dos Santos (suplente)
Forum Nacional de Enfrentamento a violencia Contra Mulheres	Maria Martilene Rodrigues de Lima
Cartilha de Fomento - Linhas de Crédito para Pesca e Aquicultura 24/25	Quêner Chaves dos Santos (suplente)
Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Quêner Chaves dos Santos (suplente)
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura - CPAD-MPA	Millena Ayla
Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica para exercício da pesca no Lago Paranoá	Eliane Souza Alves (suplente)
Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO)	Diogo Martins Nunes
Comitê Executivo Promoção Mentalidade Marítima- PROMAR	Diogo Martins Nunes (titular) e Eliane Souza Alves (suplente)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Quêner Chaves dos Santos (suplente)
Comitê Permanente de ATER e CONDRAF	Diogo Martins Nunes (suplente)
Grupo de Trabalho Colegiados e Conselhos	Maria Martilene Rodrigues de Lima (suplente)
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Diogo Martins Nunes
Caderno de Resposta do Governo Federal referente à pauta de reivindicações da Rede Eclesial Pan- Amazônica (REPAM), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Maria Martilene Rodrigues de Lima (suplente)
GT Brasil Sem Fome	Quêner Chaves dos Santos
GT Yanomami	Quêner Chaves dos Santos
Comissões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Comissão Pernambucana (CPs) - CP 7 - Povos e Comunidades Tradicionais	Maria Martilene Rodrigues de Lima

GT PPA/ Orçamento	Diogo Martins Nunes (suplente)
Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)	Quêner Chaves dos Santos (suplente)
Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Nacional de Fomento à Conformidade da Cadeia do Pescado no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura	Quêner Chaves dos Santos (titular) e Gabriel Vieira (suplente)
Qualificação Profissional em Parceria com o MEC	Diogo Martins Nunes
Grupo de Trabalho Ministerial (GTM) - G20	Diogo Martins Nunes
GT para Revisar a Lei nº 11.959	Diogo Martins Nunes (suplente)

Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações (DIP)

COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO TITULAR	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
(GT) de Políticas Públicas para as Mulheres da Pesca Artesanal	Maria Martilene Rodrigues de Lima (Coordenadora Geral de Assitência Técnica e Extensão Pesqueira)	Mariana Cristina Mourão Veiga (Coordenadora de Inclusão Socioprodutiva)
Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais	Adriana Vilela Toledo	Karolina Batista de Souza
Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica	Diogo Martins Nunes (Diretor de Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações)	SNPI
Comitê Executivo Promoção Mentalidade Marítima- PROMAR	Diogo Martins Nunes (Diretor de Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações)	Eliane Souza Alves (Assistente Técnico)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Nacional Sustentável	Não se aplica	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)
Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, Associativismo e Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)	Karolina Batista de Souza (Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Assistência Técnica e Pesqueira)
Conselho Nacional de Economia Solidária	Não se aplica	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)
Comitê Gestor da Política Nacional de Abastecimento Alimentar	Não se aplica	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)
Conselho Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica- CNAPO	Karolina Batista de Souza (Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira)	SNPI
Comitê Permanente de ATER e CONDRAF	SNA	Diogo Martins Nunes (Diretor de Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações)
Grupo de Trabalho Colegiados e Conselhos	Adriana Vilela Toledo	Maria Martilene Rodrigues de Lima (Coordenadora Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira)
Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão	Maria Martilene Rodrigues de Lima (Coordenadora Geral de Assitência Técnica e Extensão Pesqueira)	Mariana Cristina Mourão Veiga (Coordenadora de Inclusão Socioprodutiva)
Grupo de Trabalho Sanidade de Embarcações de Pesca (GTSEP)	Não se aplica	Mariana Cristina Mourão Veiga (Coordenadora de Inclusão Socioprodutiva)
Comissão de Elaboração e Avaliação do Edital de chamamento público para seleção de integrantes do Banco Técnico-Científico	Sandy Evelin Rodrigues Lima (Coordenadora de Gestão Pesqueira)	Mariana Cristina Mourão Veiga (Coordenadora de Inclusão Socioprodutiva)
Conselhos Nacionais de Povos e Comunidades Tradicionais	Maria Martilene Rodrigues de Lima (Coordenadora Geral de Assitência Técnica e Extensão Pesqueira)	
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Diogo Martins Nunes (Diretor de Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações)	
Grupo Terra		Maria Martilene Rodrigues de Lima (Coordenadora Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira)
Programa Federal de Ações Afirmativas – PFAA	Adriana Vilela Toledo	Maria Martilene Rodrigues de Lima (Coordenadora Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira)
Eventos SNPA	Árgira Mendes Amorim (Apoio Administrativo de nível Superior)	Mariana Cristina Mourão Veiga (Coordenadora de Inclusão Socioprodutiva)
TED- UNB- SERMOP	Mariana Cristina Mourão Veiga (Coordenadora Mourão Veiga)	Sandy Evelin Rodrigues Lima (Coordenadora de Gestão Pesqueira)
Caderno de Resposta do Governo Federal referente à pauta de reivindicações da Rede Eclesial Pan- Amazônica (REPAM), organismo		Maria Martilene Rodrigues de Lima (Coordenadora Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira)

vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)		
Comissões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Comissão Pernamentes (CPs) - CP 3 - Produção, abastecimento e alimentação adequada e saudável	Karolina Batista de Souza (Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira)	Não se aplica
Comissões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Comissão Pernamentes (CPs) - CP4 - Direito Humano à Alimentação Adequada	Karolina Batista de Souza (Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira)	Não se aplica
Comissões do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Comissão Pernamentes (CPs) - CP 7 - Povos e Comunidades Tradicionais	Maria Martilene Rodrigues de Lima (Coordenadora Geral de Assitência Técnica e Extensão Pesqueira)	Não se aplica
GT Brasil Sem Fome	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)	
GT Yanomami	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)	
GT PPA/ Orçamento		Diogo Martins Nunes (Diretor de Departamento de Inclusão Prodita e Inovações)
Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)	SNA	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)
Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Nacional de Fomento à Conformidade da Cadeia do Pescado no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)	Gabriel Vieira (Chefe de Divisão de Crédito, Fomento, Logística e Infraestrutura, Inovação e Certificação de Produtos)
Qualificação Profisional em Parceria com o Ministério da Educação	Diogo Martins Nunes (Diretor de Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações)	Karolina Batista de Souza (Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Assistência Técnoca e Pesqueira)
Conselho Nacional de Política Indiginista	Quêner Chaves dos Santos (Coordenador Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação)	
GT de Educação de Jovens e Adultos do Campo, das Águas, das Florestas		Karolina Batista de Souza (Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Assistência Técnoca e Pesqueira)
Grupo de Trabalho Ministerial (GTM) - G20	Diogo Martins Nunes (Diretor de Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações)	
GT para Revisar a 1159	Adayse Bossolani da Guarda (Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha)	Diogo Martins Nunes (Diretor de Departamento de Inclusão Prodita e Inovações)
Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura - SERMOP		
COLEGIADO	PARTICIPAÇÃO TITULAR	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Comitê Executivo Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas - PROILHAS (MB/SECIRM)	Catarina Cardoso Melo (Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura)	-
Comitê Executivo Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima - GOOS-Brasil (MB/DHN)	Alex Souza Lira (Coordenador Geral de Estatística da Pesca e Aquicultura)	Julia Papalardo (Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura)
Comitê Executivo Desenvolvimento e Aproveitamento Sustentável da Amazônia Azul - PRO AMAZÔNIA AZUL (MB/SECIRM)	-	Rafaela Passarone (Coordenadora Geral de Monitoramento da Pesca e Aquicultura)
Grupo Técnico "PIB do Mar" (MPO)	Alex Lira (Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura)	-
Plano Nacional de Fomento da Pesca e Aquicultura	Luís Gustavo (Secretário- Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa)	Alex Souza Lira (Coordenador Geral de Estatística da Pesca e Aquicultura)
Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão	Rafaela Passarone (Chefe de Divisão da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa)	Julia Papalardo (Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura)
Subcomissão Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)	Elielma Ribeiro Borcem (Diretora de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura)	-
Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais	Hellen Cristina Gomes Moya (Coordenadora-Geral de Resgistro da Pesca e Aquicultura)	Thiago Dutra Ribeiro (Analista Técnico da Coordenação Geral de Registro da Pesca e Aquicultura)
Grupo de Trabalho: Repactuação Mariana	Elielma Ribeiro Borcem (Diretora de Registro e Monitoramento da Pesca e Aquicultura)	Alex Souza Lira (Coordenador Geral de Estatística da Pesca e Aquicultura)
Grupo AD HOC de Integração do Gerenciamento Costeiro e Marinho - GI GERCO	Alex Lira (Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura)	Julia Papalardo (Coordenadora de Pesquisa da Pesca e Aquicultura)

Grupo Técnico sobre Atividades no Ártico (GT Ártico), no âmbito da Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)	Alex Lira (Diretor de Pesquisa e Estatística da Pesca e Aquicultura)	
COLEGIADOS	PARTICIPAÇÃO PONTO FOCAL ou CONVIDADO	
WECAF	Ponto Focal - Catarina Cardoso Melo (Coordenadora Geral de Pesquisa da Pesca e Aquicultura)	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste – CPG Centro-Sul	Helen Moya	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste – CPG Nordeste	Catarina Melo	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia – CPG Norte	Getúlio Ricon	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul - CPG DEMERSAIS SUDESTE/SUL	Rafaela Passarone	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS SUDESTE/SUL	Rafaela Passarone	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Norte e Nordeste - CPG DEMERSAIS NORTE/NORDESTE	Alex Lira	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Norte e Nordeste - CPG PELÁGICOS NORTE/NORDESTE	Ana Julia Rufino	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para fins de ornamentação e Aquariofilia – CPG Ornamentais	Alyson Cardoso	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável das Lagostas - CPG LAGOSTA	Ynês Araújo	
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins - CPG ATUNS E AFINS	Julia Papalardo	
Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva - SNPI/MPA		
COLEGIADO E ÓRGÃO COORDENADOR	PARTICIPAÇÃO PONTO FOCAL	
Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT)	Mariana Santos Lobato Martins	
Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (AQUIPESCA)	Sandra Silvestre de Souza	
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Tubarões	Mariana Santos Lobato Martins	
Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP)	Ítala Sobral	
Comitê de Pesca da Organização para Alimentação e Agricultura (COFI/FAO)	Mariana Santos Lobato Martins e Esther Mirian	
Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA-IMO)	Mariana Santos Lobato Martins	
Comissão Juridicamente Vinculante sobre o Combate a Poluição por Plástico - Reunião de Coordenação	Ítala Sobral	
Comitê Executivo Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas – PROILHAS	Esther Mirian	
Comitê Executivo "ODS 14 e a Década do Oceano"	Sandra Silvestre de Souza	

Comissão de Pesca do Atlântico Centro-Oeste (WECAFC)	Mariana Santos Lobato Martins	
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF	À definir	
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE	Antônio Siqueira Assreuy	
Comitê Gestor de Dados Abertos	Antônio Siqueira Assreuy e Itala Gabriela Sobral dos Santos	
Comitês de Competitividade da Carcinicultura e Tilapicultura, no âmbito do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conape).	Antônio Siqueira Assreuy	
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura - CPAD-MPA	Kelly Marques de Carvalho e Manuela Moura Pires	
GT de Conformidade - Comitê de Competitividade Conformidade e Qualidade da Indústria do Pescado	À definir	
Grupo de Trabalho de Agricultura do G20 (AWG)	À definir	
Conselho de Administração da ANATER	Rui Donizete Teixeira	
Comitê Permanente de Nomenclatura de Espécies de Peixe (COPNESP)	Geize dos Santos e Luciana Andrade de Santana	
Grupo de Trabalho GT/MPA/MARIANA	Antônio Siqueira Assreuy e Ítala Sobral	

SECRETARIA NACIONAL DE AQUICULTURA			
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - 1º TRIMESTRE DE 2025			
COLEGIADO	ÓRGÃO COORDENADOR	PARTICIPAÇÃO TITULAR/PONTO FOCAL	PARTICIPAÇÃO SUPLENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima		Luciene Mignani (Coordenadora Geral de Desenvolvimento da Aquicultura)
Comitê Permanente da Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão	Ministério da Pesca e Aquicultura	César dos Santos (Pesquisador)	
Comitê Permanente de Nomenclatura de Espécies de Peixe (COPNESP)	Ministério da Pesca e Aquicultura	Luciene Mignani (Coordenadora Geral de Desenvolvimento da Aquicultura)	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Comitê Gestor da Política Nacional de Abastecimento Alimentar	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Paulo Mário Carvalho de Faria (Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação)	
Grupo de Trabalho Ministerial (GTM)	Ministério das Relações Exteriores	Paulo Mário Carvalho de Faria (Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação)	César dos Santos (Pesquisador)
Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira - CITSB	Ministério da Fazenda		Daniel Henrique Galileu Severino de Lima Bezerra Cabral (Chefe de Divisão de Fomento da Aquicultura)
Comissão Especial de Licitação dos Terminais Pesqueiros	Ministério da Pesca e Aquicultura	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)	
Comitê Permanente de Gestão do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para Fins de Ornamentação e Aquariofilia (CPG de Ornamentais)	Ministério da Pesca e Aquicultura	Paulo Mário Carvalho de Faria	
Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Nacional de Fomento à Conformidade da Cadeia do Pescado no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério da Pesca e Aquicultura	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)	
Comitê Gestor e do Grupo Consultivo do PNAE	Ministério da Educação e da Cultura		Paulo Mário Carvalho de Faria (Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	César dos Santos (Pesquisador)	
Comitê de Governança Multi-Institucional entre a Embrapa e o Ministério da Pesca e Aquicultura	EMBRAPA	Paulo Mário Carvalho de Faria (Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação)	
Conselho Nacional da Economia Solidária CNES - MTE	Ministério do Trabalho e Emprego	César dos Santos (Pesquisador)	
Comitê Assessor do BRSAQUA	EMBRAPA		César dos Santos (Pesquisador)
Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia - CPPI / CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	César dos Santos (Pesquisador)	
Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério da Agricultura e Pecuária		Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)
Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional	Paulo Mário Carvalho de Faria (Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação)	

Comitê Gestor da Programa Coopera Mais Brasil - MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	César dos Santos (Pesquisador)	
Grupo de Apoio Técnico (GAT) do Projeto de Gestão Binacional e Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia da Lagoa Mirim e nas Lagoas Costeiras	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional		Daniel Henrique Galileu Severino de Lima Bezerra Cabral (Chefe de Divisão de Fomento da Aquicultura)
GT Técnico para tratar sobre Pesca e Espécies Exóticas - DINARA	Direção Nacional de Recursos Aquáticos do Uruguai		Luciene Mignani (Coordenadora Geral de Desenvolvimento da Aquicultura)
Comissão técnica para revisão da alteração da Lei Geral da Pesca nº 11959	Ministério da Pesca e Aquicultura	Paulo Mário Carvalho de Faria (Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação)	
Comissão Temática do CONSEA: CP2 - Ambientes Alimentares, Alimentação Adequada e Saudável e Nutrição	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Daniel Henrique Galileu Severino de Lima Bezerra Cabral (Chefe de Divisão de Fomento da Aquicultura)	
Comissão Temática do CONSEA: CP6 - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Alberto Furtado Martins Junior (Coordenador de Sustentabilidade na Aquicultura)	
Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio)	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Paulo Mário Carvalho de Faria (Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação)	
Grupo de Coordenação para atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Marinha		Luciene Mignani (Coordenadora Geral de Desenvolvimento da Aquicultura)
Conselho de Administração da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER)	Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Paulo Mário Carvalho de Faria (Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Inovação)	
COLEGIADO	DEPARTAMENTO	TITULAR	SUPLENTE 1
Comitê Executivo Planejamento Espacial Marinho (CE-PEM)	DIPI/DEPOP	Leonardo Martins Pinheiro Cargo: Biólogo E-mail: leonardo.martins@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5149	Maria Martilene Rodrigues de Lima Cargo: Coordenadora Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira E-mail: maria.martilene@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4796
Comissão de Elaboração e Avaliação do Edital de chamamento público para seleção de integrantes do Banco Técnico-Científico.	DEPOP	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016	
Grupo da Terra	DIPI/DEPOP	Suana Medeiros Silva Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	Maria Martilene Rodrigues de Lima Cargo: Coordenadora Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira E-mail: maria.martilene@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4796
Eventos da SNPA	DIPI/DEPOP	Árgira Mendes Amorim Cargo: Apoio administrativo de nível superior E-mail: argira.amorim@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4799	
Caderno de Respostas do Governo Federal referente à Pauta de Reivindicações da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	DIPI/DEPOP	Bianca Larissa Mesquita Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Maria Martilene Rodrigues de Lima Cargo: Coordenadora Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira E-mail: maria.martilene@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4796
Gt de Educação de Jovens e Adultos do Campo, das águas, das Florestas	DIPI/DEPOP	Suana Medeiros Silva Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	Millena Ayla Dias Cargo: Coordenadora E-mail: millena.dias@mpa.gov.br Contato: 61 3276-5155
Grupo de Trabalho Ministerial (GTM) - G20	DIPI/DEPOP	Diogo Martins Nunes Cargo: Diretor do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha

		E-mail: diogo.nunes@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4195	E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275
GT para Revisar a Lei nº 1159, de 2009.	DIPI/DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Diogo Martins Nunes Cargo: Diretor do Departamento de Inclusão Produtiva e Inovações E-mail: diogo.nunes@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4195
Grupo de Trabalho (GT) de Política Nacional de Fronteiras	DEPOP	Bianca Larissa Mesquita Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	N/A
Grupo de Trabalho (GT) da Tainha	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016 Brenda Ramos Ulian Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936
Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Organismos Aquáticos Vivos para fins de ornamentação e Aquariofilia – CPG Ornamentais	DEPOP	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016	N/A
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Sudeste e Sul - CPG DEMERSAIS SUDESTE/SUL	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento. E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Demersais das Regiões Norte e Nordeste - CPG DEMERSAIS NORTE/NORDESTE	DEPOP	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS SUDESTE/SUL	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul - CPG PELÁGICOS NORTE/ NORDESTE	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins - CPG ATUNS E AFIN'S	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável das Lagostas - CPG LAGOSTA	DEPOP	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste - CPG CENTRO SUL	DEPOP	Bianca Larissa Mesquita Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental, Atlântico Nordeste Oriental e Atlântico Leste - CPG NORDESTE	DEPOP	Bianca Larissa Mesquita Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia - CPG NORTE	DEPOP	Bianca Larissa Mesquita Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Comissão Interministerial de prevenção a conflitos no campo e na cidade	DEPOP	Suana Medeiros Silva Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas	

		E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	
Grupo de Trabalho (GT) de Working Group Moored Fish Aggregating Device (MFADs) (Western Central Atlantic Fishery Commission - WE-CAFC)	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Grupo de Trabalho (GT) Drafting Group WECAFC	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Grupo de Trabalho (GT) Strategy ad hoc Working Group (Agreement on Port State Measures - PSMA	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Brenda Ramos Uliano Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936
Grupo de Trabalho (GT) Part 6 Working Group	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Coordenador Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Sub-Committee on Fisheries Management - COFI. SFMT. FAO	DEPOP	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Coordenador Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275
Comitê Gestor de Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígena - PNEGATI	DEPOP	Suana Medeiros Silva Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275
Bioinvasão causada pelo peixe-leão (<i>Pterois spp</i>) no litoral brasileiro (Coordenação do IBAMA)	DEPOP	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016	N/A
Grupo de Trabalho (GT) do Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de pescador e pescadora profissional artesanal - GT RGP Artesanal	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Grupo de Trabalho GT/MPA/MARIANA	DEPOP	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.liima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016
Grupo e Assessoramento Técnico (GAT) - PAN Toninhas	DEPOP	Brenda Ramos Uliano Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936	Rafaela Maria Serra de Brito Cargo: Oceanógrafa E-mail: rafaela.brito@mpa.gov.br Contato: 98 98161-5149
Gestão Compartilhada no uso sustentável dos recursos pesqueiros	DEPOP	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275
Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica para o exercício da pesca no Lago Paranoá	DIPI/DEPOP	Bruna Gonçalves Costa Cargo: Chefe de divisão da Coordenação-Geral de Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas E-mail: bruna.costa@mpa.gov.br Contato: 61 3276-5064 Eliane Souza Alves Cargo: Assistente Técnico da Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira E-mail: elianes.alves@mpa.gov.br Contato: 61 3276- 5155	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.liima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016
Grupo de Trabalho da Gestão da Corvina	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.liima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016 Brenda Ramos Uliano Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936

ACT RONDÔNIA	DEPOP	Bianca Larissa Mesquita Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Continental E-mail: bianca.larissa@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	
ACT Ministério da Cultura	DEPOP	Bruna Gonçalves Costa Cargo: Chefe de divisão da Coordenação-Geral de Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas E-mail: bruna.costa@mpa.gov.br Contato: 61 3276-5064	Suana Medeiros Silva Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797
ACT Ministério Público do Trabalho (MPT)	DEPOP	Bruna Gonçalves Costa Cargo: Chefe de divisão da Coordenação-Geral de Territórios Pesqueiros e Integração de Políticas Públicas E-mail: bruna.costa@mpa.gov.br Contato: 61 3276-5064	Suana Medeiros Silva Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797
Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência.	DIPI/DEPOP	Maria Martilene Rodrigues de Lima Cargo: Coordenadora Geral de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira E-mail: maria.martilene@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4796	Suana Medeiros Silva Cargo: Coordenadora Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas E-mail: suana.silva@mpa.gov.br Contato: 61 3276-4797
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	DIPI/DEPOP	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016	Quener Chaves dos Santos Coordenador-Geral de Cadeias Produtivas, Fomento e Inovação E-mail: quener.santos@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4196
Comitê Gestor de Dados Abertos (CGDA)	DEPOP	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016	Mariana Cristina Mourão Veiga Cargo: Coordenadora de Gestão Pesqueira E-mail: mariana.veiga@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4412
Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron)	DEPOP	SNPI	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
GT Mitigação (Plano Clima)	DEPOP	SNA	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275
GT Adaptação (Plano Clima)	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	SNA
GT PREPS	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Comitê Consultivo do Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-FAO	DEPOP	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198	Sandy Evelin Rodrigues Lima Cargo: Engenheira de Pesca E-mail: sandy.lima@mpa.gov.br Contato: 61.3276-5016
Grupo de Coordenação para atualização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Brenda Ramos Uliano Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936
Comissão Internacional para a Conservação do Atum e afins do Atlântico (ICCAT)	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198
Fórum dos Países da América Latina e Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Brenda Ramos Uliano Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936
3ª Conferência das Nações Unidas para os Oceanos UNOC3	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Brenda Ramos Uliano Cargo: Oceanógrafa E-mail: brenda.ramos@mpa.gov.br Contato: 48 988051936
Grupo de Trabalho (GT) Legislação da Pesca Artesanal	DEPOP	Adayse Bossolani da Guarda Cargo: Coordenadora Geral de Gestão Participativa Costeiro-Marinha E-mail: adayse.guarda@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4275	Cristiano Quaresma de Paula Cargo: Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento E-mail: cristiano.paula@mpa.gov.br Contato: 61.3276-4198

5.6) Criação de Unidades Gestão no Órgão (MPA)

São unidades gestoras do Ministério da Pesca e Aquicultura:

- 580001 COORD.DE CONTABILIDADE E CONFORMIDADE ANALITICA FINANCEIRA – CCAF
- 580002 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
- 580003 COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
- 580004 SECRETARIA EXECUTIVA/MPA
- 580005 SECRETARIA NACIONAL DE AQUICULTURA-SNA
- 580006 SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL-SNPA
- 580007 SECRETARIA NACIONAL DE PESCA INDUSTRIAL-SNPI
- 580008 SECRET.NACIONAL DE REGISTRO, MONIT. E PESQ.
- 580009 COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS E DESEMPENHO - CGPD
- 580010 GABINETE DO MINISTRO/MPA
- 580011 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AC
- 580012 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AL
- 580013 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AM
- 580014 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/AP
- 580015 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/BA
- 580016 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/CE
- 580017 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/DF
- 580018 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/ES
- 580019 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/GO
- 580020 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MA
- 580021 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MG
- 580022 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MS
- 580023 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/MT
- 580024 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PA
- 580025 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PB
- 580026 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PE
- 580027 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PI
- 580028 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/PR
- 580029 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RJ
- 580030 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RN
- 580031 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RO
- 580032 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RR
- 580033 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/RS
- 580034 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SC
- 580035 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SE
- 580036 SUPERINT.FED.DE PESCA E AQUICULTURA/SP
- 580037 SUPERINT.FED.DA PESCA E AQUICULTURA/TO

A Unidade Gestora 580009 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Desempenho – foi criada para o processamento da Folha de Pagamento, que foi iniciado em julho/2023.

As novas Unidades Gestoras foram abertas no primeiro trimestre de 2024 com o intuito de identificar os bens patrimoniais de cada uma das 27 unidades localizadas na Federação e para implementar a utilização do sistema REUSE.

6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

6.1) Notas ao Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais em observação ao item 4.3 do MCASP, 11ª Edição.

A – Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	174,75	161,13	8,45%	
Caixa e Equivalentes de Caixa	21,91	12,95	69,17%	12,54%
Créditos a Curto Prazo	152,83	148,18	3,14%	87,46%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	152,83	148,18	3,14%	87,46%
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

O total do Ativo do 1º Trimestre/2025 perfaz o valor de R\$ 702,91 milhões. Desse total 24,86% referem-se ao Ativo Circulante, o que equivale a R\$ 174,75 milhões. Quando comparado ao resultado do último exercício, o ativo circulante apresentou um acréscimo no saldo de 8,45%, influenciado pelos créditos a curto prazo, oriundos dos Termos de Execução Descentralizada (TED's).

➤ Caixa e Equivalentes de Caixa:

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 21,91 milhões representa apenas 12,54% do total do Ativo Circulante do MPA e refere-se a recursos, em moeda nacional, liberados pelo Tesouro.

➤ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	152,83	148,18	3,14%	
Adiantamentos Concedidos	1,60	0,86	86,05%	1,05%
Tributos a Recuperar/Compensar	-	-	-	-
Créditos por Danos ao Patrimônio	-	-	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	151,23	147,32	2,65%	98,95%
Ajuste para P/Perda Demais Cred./Valor Curto Prazo		-	-	

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

Do total do Ativo Circulante do MPA, 87,46% refere-se a Demais Créditos e Valores a Curto Prazo que apresentou, neste trimestre, o saldo de **R\$ 152,83 milhões**, sendo que, desse total, 98,95% referem-se a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED.

B – Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	528,16	562,26	-6,06%	1,13%
Ativo Realizável a Longo Prazo	5,95	5,95	-	1,13%
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado	522,21	556,32	-6,13%	98,87%
Intangível	0,01	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI – março/2025

Do total do Ativo, no valor de R\$ 702,91 milhões, o Ativo Não Circulante representa 75,14% e os valores mais significativos se concentram no grupo do Imobilizado, que apresentou um decréscimo de 6,13% com relação a dezembro de 2024.

➤ Ativo realizável a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5,95	5,95	%	%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	5,95	5,95	%	%
Cientes, empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-	-
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI – março/2025

O saldo de R\$ 5,95 milhões refere-se a créditos a receber de Tomadas de Contas Especiais -TCEs instauradas devido à falta de comprovação ou irregularidades na comprovação de instrumentos de transferência.

➤ O **Imobilizado** é objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 004 – Imobilizado](#).

C – Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	20,15	15,00	34,33%	%
Demais Obrigações a Curto Prazo	9,03	8,60	5,00%	44,81%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	1,56	%	%
Obrigações Trab., Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	5,25	3,03	73,27%	26,05%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	5,87	1,81	224,31%	29,13%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-	-	-

Fonte: Balancete SIAFI – março/2025

O Passivo Circulante representa 100% de todo o Passível Exigível, no valor de R\$ 20,15 milhões. O saldo mais relevante, referente às Demais Obrigações a Curto Prazo, no montante de 9,03 milhões, representa 44,81% do total do Passivo. Ademais, ressalta-se que 62,50% das Demais Obrigações a Curto Prazo, correspondem a Subvenções a Pagar, que se trata de valores a pagar à Petróleo Brasileiro AS – PETROBRAS, em decorrência da Lei nº 9.445/97 que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.

➤ Os **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**: são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar](#).

D – Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

Como já mencionado, não consta saldo de Passivo Não Circulante.

C

E – Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>682,76</u>	<u>708,40</u>	-3,62%	
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-
Ajustes de avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-
Demais Reservas	5,61	5,61	%	0,82%
Resultados Acumulados	677,16	702,79	-3,65%	99,18%

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

O Resultado Acumulado é composto de:

	R\$ Milhões
Resultados Acumulados	<u>677,16</u>
Resultado do Exercício	-25,54
Resultados de Exercícios Anteriores	702,79
Ajustes de Exercícios Anteriores	(0,10)

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 1º Trimestre de 2025, o MPA apresentou somente um saldo de R\$ 905,63 reais relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar, sendo 100% de curto prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
<u>Circulante (Curto Prazo)</u>	905,63	1.556.593,51	-99,94%	
Nacionais	905,63	1.556.593,51	-99,94%	
Estrangeiros	-			-
<u>Não Circulante (Longo Prazo)</u>	-			-
Nacionais	-			-
Total	905,63	1.556.593,51	-99,94%	

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo, houve variação diminutiva de 99,94% em relação ao encerramento do exercício de 2024, devido à baixa dos saldos alongados, bem como transferência para a conta contábil de VALORES NÃO RECLAMADOS, em virtude do longo tempo de permanência na conta de Fornecedores, e após o encerramento deste exercício com a consequência baixa conforme legislação vigente.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDORES	31/03/2025	AV%
CLARO S.A.	905,63	%
Total	905,63	%

Fonte: Balancete SIAFI – março/2025

A tabela acima elenca as obrigações do MPA– Órgão Superior em 31/03/2025.

Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 31/03/2025, no órgão do MPA, as obrigações contratuais a executar representam o valor total de R\$ 22,30 milhões, valor extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI consolidando as obrigações contratuais referentes ao 1º Trimestre de 2025, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Serviços	9,85	13,68	-27,98%	44,17%
Aluguéis	11,18	12,52	-10,76%	50,12%
Fornecimento de Bens	1,27	1,59	-19,70%	5,71%
Total	22,30	27,79		

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

A rubrica mais representativa é a de Aluguéis, que representa 50,12% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

CONTRATADOS	31/03/2025	R\$ Milhares
		AV%
SOHESTE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LT	11,18	50,12%
SOLLO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	8,76	39,30%
ASTA MOBILI MOVEIS LTDA	0,77	3,47%
CLARO S.A.	0,44	1,95%
TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	0,39	1,74%
VIVER EVENTOS LTDA	0,33	1,46%
DEMAIS EMPRESAS	0,43	1,95%
Total	22,30	100,00%

Fonte: Baancete SIAFI – março/2025

Acima estão listados todos os contratos na data-base de 31/03/2025. Os contratos com valores mais expressivos são o da Soheste Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., referente ao contrato de locação do imóvel situado no Setor de Indústrias Gráficas, Sudoeste, Brasília/DF, o qual representa 50,12% de todas as obrigações do MPA. Por sua vez, o contrato de Apoio Administrativo da Empresa Sollo Construções e Serviços Ltda., representa 39,30% das obrigações contratuais do MPA.

Nota nº 003 – Provisões

Em 31 de março de 2025 o MPA não apresentou saldo de Provisões.

Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos.

Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção, estando sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação, após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial – SPIUnet.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o primeiro trimestre de 2025.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

COMPOSIÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Bens Móveis	13,41	12,77	5,01%	93,13%
(+) Valor Bruto Contábil	14,40	13,23	8,84%	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	0,99	0,46	115,22%	-6,87%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-
Bens Imóveis	508,79	543,54	-6,39%	99,63%
(+) Valor Bruto Contábil	510,67	545,42	-6,37%	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	1,88	1,88	-	-0,37%
Total	522,21	556,32	-6,13%	

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

Em 31 de março de 2025, a União por meio do MPA apresentou um saldo de R\$ 522,21 milhões líquidos de depreciação e amortização no Imobilizado.

Do total do Imobilizado, 97,26% referem-se a Bens Imóveis e apenas 2,74% a Bens Móveis, conforme demonstrado na tabela acima.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/03/2025 totalizavam R\$ 13,41 milhões, distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Móveis e Utensílios	8,28	8,11	2,10%	61,72%
Bens de Informática	4,00	3,39	17,99%	29,82%
Veículos	1,22	1,19	2,52%	9,07%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	0,24	0,24	0,00%	1,80%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	0,26	0,26	0,00%	1,93%
Bens Móveis em Almoxarifado	0,41	0,04	925,00%	3,02%
Depreciação Acumulada – Bens Moveis	-0,99	-0,46	114,21%	-7,36%
Total	13,41	12,77	5,02%	100%

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

O aumento no saldo de Bens de Informática deve-se, especialmente, ao recebimento de saldo contábil referente aos contratos 16/2023 (57 Desktop Ultracompacta) e 18/2023 (57 Monitores Extra) – processo 21000.088206/2023-28 (contratos geridos pelo MAPA sendo realizada apenas a descentralização orçamentária e financeira para o MPA) assim como vários outros bens de informática cedidos e transferidos pelo MAPA. O aumento no saldo de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas deve-se à incorporação de bens doados pela Receita Federal ao Ministério da Pesca e Aquicultura conforme ato de destinação.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 31/03/2025, totalizavam R\$ 508,79 milhões, líquidos de depreciação/amortização, distribuídos conforme tabela abaixo:

COMPOSIÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Bens Imóveis em Andamento	-	65,62	-100%	0,00%
Bens de Uso Especial	506,36	475,34	6,53%	99,52%
Benefitorias em Propriedade de Terceiros	4,31	4,31	-	0,85%
Instalações	-	0,15	-100%	0,00%
Total Bruto	510,67	545,42	-6,37%	
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	1,88	1,88	0,06%	-0,37
Total	508,79	543,54	-6,39%	

Fonte: Balancete SIAFI - março/2025

➤ Bens Imóveis de Uso Especial

COMPOSIÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
Terrenos, Glebas	31,97	22,27	43,58%	6,31%
Edifícios	8,18	8,18	0,00%	1,62%
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,02	-	0,00%	0%
Fazendas, Parques e Reservas	0,17	0,17	0,00%	0,03%
Represas/Açudes	465,20	443,94	4,79%	91,87%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,82	0,78	5,13%	0,16%
Total	506,36	475,34	6,53%	100%

Fonte: Balancete SIAFI – março/2025

O quadro anterior detalha a disposição dos Bens Imóveis de Uso Especial.

A principal rubrica do grupo é REPRESAS/ACUDES, que representa 91,87% do total e aumentou 4,79% em relação a dezembro de 2024 devido a transferências realizadas por várias unidades gestoras do MAPA no SPIUNET conforme orientação do MGI.

Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Nota nº 006 – Investimentos

Não há investimentos no MPA.

6.2) Notas às Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no mesmo período.

O resultado patrimonial apurado em 2025, foi negativo em R\$ 25,53 milhões conforme demonstrado na tabela a seguir retirada da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP:

VARIAÇÕES	31/03/2025	31/12/2024	R\$ Milhões AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	182,13	93,66	94,46%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	207,66	116,64	78,03%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-25,53	-22,98	11,10%

Fonte: DVP SiafiWeb 2025

6.2.1) Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MPA e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

Abaixo seguem as contas de VPA com as análises horizontal e vertical.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				
COMPOSIÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6,77	5,51	22,87%	3,72%
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,02	0,31	-93,55%	0,01%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	162,13	73,89	119,42%	89,02%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10,69	13,78	-22,42%	5,87%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2,52	0,16	1.475,00%	1,38%
TOTAL	182,13	93,66	94,46%	100,00%

Fonte: Siafi Web-2025

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

No primeiro trimestre de 2025, o grupo “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias” totalizou R\$ 6,77 milhões, referente à taxa anual para manutenção da inscrição das embarcações nacionais ou estrangeiras que se dedicam à pesca; à taxa de manutenção da inscrição no registro geral da pesca das indústrias pesqueiras que exerçam suas atividades no território nacional; à taxa de concessão de licença para o exercício da pesca a amadores nacionais ou estrangeiros; à manutenção de um registro especial para clubes ou associações de amadores de pesca; à taxa de manutenção de um registro de aquicultores amadores e profissionais; e à taxa de comércio de animais aquáticos.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Nesse grupo, que apresenta saldo de R\$ 0,02 milhões, teve decréscimo de 93,55% em comparação ao exercício financeiro anterior.

As receitas que compõe esse grupo são as taxas de inscrição em concurso público e as provenientes da utilização de áreas de domínio da União por concessão, permissão, autorização ou cessão de uso de bem público, as quais, a critério do poder Executivo, poderão ser cedidas, gratuitamente ou em condições especiais, sob qualquer regime previsto em lei.

Transferências e Delegações recebidas

O total de transferência neste trimestre foi de R\$ 162,13 milhões, representando 89,02% das Variações Patrimoniais Recebidas e teve um aumento no mesmo período do exercício anterior de 119,42% devido às transferências recebidas visando atendimento das despesas dos Termos de Execução Descentralizada – TED.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Este grupo apresentou decréscimo de 22,42% em relação ao exercício anterior, bem como um saldo de R\$ 10,69 milhões relativo à liberação de recursos financeiro visando atender o Termo de Execução Descentralizada – TED.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Neste trimestre, este grupo apresentou saldo de R\$ 2,52 milhões, que teve um aumento de 1.475,00% em relação ao exercício anterior, referente ao recebimento de receita decorrente da restituição ao Tesouro Nacional do saldo de recursos de convênios realizados.

6.2.2) Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPA, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Abaixo segue as contas de VPD com as análises horizontal e vertical.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					R\$ Milhões
COMPOSIÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)	
Pessoal e Encargos	11,02	7,23	52,42%	5,31%	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,15	0,02	650,00%	0,07%	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7,03	0,50	1.306,00%	3,39%	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-	-	
Transferências e Delegações Concedidas	116,88	106,04	10,22%	56,28%	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	72,33	2,81	2.474,02%	34,83%	
Tributárias	0,02	-	%	0,01%	
Custo-Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,23	0,03	666,67%	0,11%	
TOTAL	207,66	116,64	78,03%	100,00%	

Fonte: Siafi Web-2025

Pessoal e Encargos

No primeiro 1º Trimestre/2025, as despesas com remuneração de pessoal e os encargos totalizaram R\$ 11,02 milhões. Além disso, houve um acréscimo de 52,42% em comparação ao exercício financeiro anterior, com destaque para as despesas com vencimentos e salários e com gratificações por exercício de cargos e de funções.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais totalizaram R\$ 0,15 milhões e teve aumento de 650,00% em comparação com o exercício anterior. Isso se deve à contabilização das despesas para pagamento de auxílio extraordinário destinado aos pescadores profissionais beneficiados pelo seguro-defeso.

Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo

Executadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, esse grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta.

No 1º Trimestre/2025, o total de despesa foi de R\$ 7,03 milhões, tendo apresentado aumento de 1.306,00% em relação a 2024, devido ao crescimento das despesas de diárias pagas aos servidores, serviços de apoio administrativos, locação de imóvel e depreciação de bens móveis.

Transferências e Delegações Concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 116,88 bilhões no 1º Trimestre/2025, o que representa

56,28% da Variação Patrimonial Diminutiva total. Além disso, o valor apresentado no trimestre aumentou 10,22% em relação ao apresentado no exercício de 2024.

Essas transferências são as liberações financeiras para atender pagamentos de restos a pagar, Termo de Fomento, auxílio aos pescadores e Termo de Execução Descentralizada - TED.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Esse grupo apresenta saldo no primeiro trimestre de R\$ 72,33 milhões, com crescimento de 2.474,02%, referente ao registro de comprovação de recursos transferidos por TED que estava registrado em adiantamento de TED no Ativo Circulante.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo apresenta saldo de R\$ 0,23 milhões, tendo apresentado aumento de 666,67% em comparação ao ano de 2024. O aumento se deve à restituição de ressarcimento referente à despesa de IPTU e de energia elétrica.

6.3) Notas ao Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

Regime Orçamentário e critério de classificação adotados no orçamento aprovado

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do primeiro trimestre de 2025 do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, em relação às receitas realizadas, pois a Lei Orçamentária Anual – LOA de 2025, neste trimestre, ainda não foi sancionada pelo Presidente da República.

NATUREZA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		R\$ Milhões
	Receita Realizada	
RECEITAS CORRENTES	4,75	
Receitas Tributárias	4,75	
Receita Patrimonial	0,01	
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receitas de Serviços		
Transferências Correntes		
Outras Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos		
Transferências de Capital		
Outras Receitas de Capital		
Total da Receita Realizada	4,75	

Fonte: Balancete SIAFI – março/2025

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e financeiras. O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes (exceto receitas de juros) e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-partes das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

A Despesa fixada - Despesa Corrente - apresenta a dotação de R\$ 78,03 milhões, neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 37,88 milhões, equivalente a 48,55% da dotação, conforme tabela de Execução da Despesa:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS							R\$ Milhões
Órgão	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (b - c)	
MPA	78,03	-	37,88	15,54	10,53	40,15	
TOTAL	78,03	-	37,88	15,54	10,53	40,15	

Fonte: Balanço Orçamentário-março/2025

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor, apresentou, no primeiro trimestre de 2025, o valor pago de R\$ 17,83 milhões, referente a 17,13% do total dos Restos a Pagar não Processados, ou seja, os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados:

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10,84	18,27	7,73	6,11	-	23,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,89	0,48	0,06	0,06	-	1,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9,95	17,79	7,67	6,05	-	21,69
DESPESAS DE CAPITAL	30,96	44,03	15,98	11,72	0,60	62,66
Investimentos	30,96	44,03	15,98	11,72	0,60	62,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	41,80	62,30	23,71	17,83	0,60	85,66

FONTE: Balanço Orçamentário – março/2025

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, foram pagos, aproximadamente R\$ 6,05 milhões, neste trimestre, do saldo dos Restos a Pagar Processados, ou seja, os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

R\$ Milhões

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8,04	3,52	2,81	-	8,74
Pessoal e Encargos Sociais	0,50	2,48	1,78	-	1,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7,54	1,04	1,04	-	7,54
DESPESAS DE CAPITAL	-	3,24	3,24	-	-
Investimentos	-	3,24	3,24	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	8,04	6,75	6,05	-	8,74

FONTE: Balanço Orçamentário – março/2025

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No primeiro trimestre de 2025, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 4,74 milhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 37,88 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 33,14 milhões neste período.

Entidades Abrangidas:

Órgãos Subordinados	Órgãos	Unidade Orçamentária
58000 – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	58000 – MPA	58101 – MPA

Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, quando relevante:

As Despesas Intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas conforme tabela a seguir:

								R\$ Milhões
TED'S RECEBIDAS PARA O MPA					TED'S CONCEDIDAS PELO MPA			
Órgão	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MPA	5,00	5,00	-	-	318,48	152,96	151,24	-
TOTAL	5,00	5,00	-	-	318,48	152,96	151,24	

FONTE: TG – março/2025

Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, ainda não foram sancionados pelo Presidente da República.

DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS							R\$ Milhões
Órgão	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL	
MPA	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial março/2025

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO POR TIPO DE DESPESA						R\$ Milhões
Grupo Despesa		10	12	14	Total	
		DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA		
4	INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial março/2025

6.4) Notas ao Balanço Financeiro

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise do Balanço Financeiro deste trimestre, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em R\$ 8,95 milhões, detalhado na tabela seguinte:

Demonstração do Resultado Financeiro.

	31/03/2025	31/12/2024	AH%	AV%
(+) Ingressos	167,49	99,35	68,59%	%
Receitas Orçamentárias	4,74	3,87	22,48%	2,31%
Transferências Financeiras Recebidas	130,79	73,32	78,38%	43,78%
Recebimentos Extraorçamentários	31,96	22,16	44,22%	13,23%
Saldo do Exercício Anterior			-	%
(-) Dispêndios	158,54	134,37	17,99%	
Despesas Orçamentárias	37,88	24,90	52,13%	15,71%
Transferências Financeiras Concedidas	96,71	92,33	4,74%	58,24%
Pagamentos Extraorçamentários	23,95	17,14	39,73%	10,81%
(=) Resultado Financeiro	8,95	-35,02	125,56%	-22,09%

Fonte: Siafi Web 2025

Quando comparado com o Resultado Financeiro apurado em 2024, observa-se na tabela acima que teve um decréscimo no Resultado Financeiro de 125,56%.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento” deste órgão encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro (tabela abaixo), e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado na DFC.

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024	AH%
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	8,96	-35,02	125,59%
Caixa e Equivalentes de Caixa	12,95	42,23	-69,33%
(=) Saldo para o Exercício Seguinte/Resultado Financeiro	21,91	7,21	203,88%

Fonte: Siafi Web março/2025

6.5) Notas à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA apresentou um decréscimo no 1º Trimestre/2025, impulsionado pelo impacto do Resultado do Exercício no valor de R\$ 25,54 milhões.

A tabela a seguir demonstra os itens relevantes do Patrimônio Líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Composição

DMPL	31/03/2025	31/12/2024	R\$ Milhões AH%
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-	-
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	-
RESERVA DE LUCROS	-	-	-
DEMAIS RESERVAS	5,61	5,61	0,00%-
RESULTADOS ACUMULADOS	677,16	702,79	-3,65%
Resultado do Exercício	-25,54	504,65	-105,06%
Resultado de Exercícios Anteriores	702,79	198,41	254,21%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-0,10	-0,27	62,96%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	682,76	708,40	-3,62%

Fonte: DMPL / Balanço Patrimonial - março/2025

6.6) Notas à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo eles: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais e atividades de investimento do em 2025 geraram um resultado superavitário do período no valor de R\$ 8,96 milhões, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição

Detalhamento	31/03/2025	31/12/2024	R\$ Milhões AH (%)
Fluxo das Atividades Operacionais	11,62	-35,02	133,18%
Fluxo das Atividades de Investimento	-2,66	-	-
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	8,96	-35,02	125,59%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	12,95	42,23	-69,33%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	21,91	7,21	203,88%

Fonte: Siafi Web março/2025.

Fluxo das Atividades Operacionais	31/03/2025	R\$ Milhões
Ingressos	140,15	
Desembolsos	-128,53	
Resultado	11,63	
Fluxo das Atividades de Investimento	31/03/2025	R\$ Milhões
Ingressos	-	
Desembolsos	-2,66	
Resultado	-2,66	

Fonte: Siafi Web março/2025.

7) Referências

7.1) BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade – 2013
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar – 2013
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência - 2013
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP – 2017
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial - 2020
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais – 2020
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro – 2024
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário – 2020
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2020
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções – 2024
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis – 2018
- 13) IPC 13 – Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios (em revisão)
- 14) IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS – 2022
- 15) IPC 15 – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (em revisão)
- 16) IPC 16 – Benefícios Fiscais – 2020
- 17) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 2ª Edição - 2025
- 18) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2019
- 19) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição – Válido a partir de dez/2023
- 20) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Estendido
- 21) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2025 – Federação

7.2) SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA Coordenação de Contabilidade/MPA

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) www.tesourotransparente.gov.br › balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) www.agricultura.gov.br
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) portal.in.gov.br
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>